

Prefeitura pede R\$ 70 milhões à Câmara para 13º

Além de negociação em curso, secretário de Fazenda admite que é possível atrasar pagamentos a fornecedores para arcar com despesas salariais de fim de ano. Município também tenta vender terrenos para fazer caixa

LUÍZ ERNESTO MAGALHÃES
luiz.magalhaes@oglobo.com.br

O SUFOCO NAS CONTAS

PENDÊNCIAS NO CAIXA

R\$ 698 milhões

São necessários para prefeitura pagar o 13º dos servidores

R\$ 188 milhões

Deixaram de ser repassados aos cofres municipais devido a dívidas com o BNDES

R\$ 325 milhões

Foram arretados das contas do município para pagar Organizações Sociais que atuam na Saúde

R\$ 50 milhões

Dívida com empreiteiras por obras da Av. Niemeyer e de manutenção da rede de drenagem

BUSCA POR RECURSOS

R\$ 120 milhões

Com a venda de terrenos, mais **R\$ 500 milhões de antecipação da Dívida Ativa**

R\$ 70 milhões

Pedido feito à Câmara, mas os vereadores querem passar apenas **R\$ 40 milhões**

R\$ 100 milhões

Foram prometidos pelo estado para Saúde, mas chegaram apenas **R\$ 36 milhões**

R\$ 75 milhões

É quanto a prefeitura está pedindo à União para aplicar na Saúde

Editoria de Arte

26 dias do fim do ano e com sérias dificuldades de caixa, a prefeitura tenta obter cerca de R\$ 1,56 bilhão para pagar duas folhas salariais — o mês de novembro que tem que ser quitado amanhã, e o 13º foi prometido pelo prefeito Marcelo Crivella para o próximo dia 17. Na ginca-nal por recursos, o secretário municipal de Fazenda, César Barbiero, admitiu ontem que pode atrasar o pagamento de fornecedores para não deixar os funcionários sem seus salários. Ao mesmo tempo, o município tenta obter R\$ 70 milhões da Câmara de Vereadores.

— É possível pagar salários e não pagar a fornecedores. A legislação impõe prioridades. Os recursos do 13º ainda estão entrando — disse Barbiero, em audiência ontem na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara.

O que o secretário prevê, de fato, já está acontecendo. O presidente da Associação das Empresas de Engenharia do Rio, Luiz Fernando dos Santos Reis, diz que até mesmo pagamentos agendados não têm sido honrados nos prazos previstos. Procurada, a prefeitura não se manifestou.

— São inúmeros os exem-

plos. As empresas com contratos para manter a rede de drenagem têm R\$ 19 milhões de faturas em aberto. E isso acontece às vésperas do início do verão, quando aumentam os riscos de enchentes. Dos R\$ 40 milhões contratados em obras de emergência na Avenida Niemeyer, só foram pagos 15% — explicou Reis.

A falta de recursos no caixa da prefeitura é agravada por bloqueios, seja por via administrativa ou judicial. Segundo Barbiero, desde novembro, foram bloqueados R\$ 188 milhões de receitas de ICMS e IPVA que deixaram

de ser repassados pelo estado devido a empréstimos que município não pagou ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). O secretário calcula que R\$ 212 milhões ainda podem ser bloqueados.

REVESES NO CAIXA

No fim de novembro, a prefeitura teve ainda R\$ 325 milhões arretados em ação do Ministério Público do Trabalho para pagar a funcionários das Organizações Sociais que atuam em unidades de Saúde. A Advocacia-Geral da União recorreu contra o arresto por entender que esses seriam re-

curso carimbados. Uma audiência na Justiça do Trabalho hoje — quando os atrasos de salários de funcionários de OS completam três meses — definirá o destino da verba.

Com o não bastasse, verbas com que a prefeitura conta estão demorando a chegar. Dos R\$ 100 milhões prometidos este ano pelo estado para ajudar a manter os hospitais Albert Schweitzer (Realengo) e Rocha Faria (Campo Grande), só foram repassados R\$ 36 milhões até agora.

Nem os R\$ 8,5 milhões que Crivella esperava para reformar o Sambódromo

estão garantidos. Isso porque os repasses dependem de a prefeitura regularizar a prestação de contas de antigos convênios com a União. Ontem, o município tentou convencer a Câmara a devolver R\$ 70 milhões de sobras do orçamento. Após reuniões, o Legislativo acenou com a possibilidade de liberar R\$ 40 milhões de imediato. Mesmo assim, isso seria em troca de um imóvel anexo ao Palácio Pedro Ernesto e mais R\$ 20 milhões em fevereiro, quando entra em caixa a cota única do IPTU.

— Hoje, o anexo do Palácio Pedro Ernesto (onde funcio-

nam os escritórios dos vereadores) pertence ao Fundo de Previdência do Município (Funprevi). Nós queremos que o prédio seja transferido para a Câmara, além da devolução de R\$ 20 milhões — explicou Jorge Felipe (MDB), presidente da Câmara.

A proposta de acordo, que será levada hoje ao prefeito Marcelo Crivella por Jorge Felipe, envolve ainda o encerramento de dois processos judiciais, nos quais o Legislativo cobra cerca de R\$ 180 milhões da prefeitura. Um deles é relativo a um terreno na Cidade Nova comprado do município para ser a nova sede da Câmara. O outro se refere a repasses mensais que deixaram de ser feitos entre 2014 e 2017.

Barbiero disse ainda que o caixa do município pode receber este mês R\$ 120 milhões da venda de terrenos públicos. Até o dia 17, também espera captar R\$ 300 milhões em um programa de renegociação de dívidas de impostos. Outros R\$ 500 milhões viriam de uma operação de antecipação de recebíveis da Dívida Ativa, o que depende de uma licitação. O secretário admite que, pelas regras do edital, a conclusão de todas as etapas burocráticas para captar esses recursos podem levar de três a seis meses.

<p>13 DE DEZEMBRO 20H</p>	<p>14 DE DEZEMBRO 21H</p>	<p>15 DE DEZEMBRO 18H</p>
<p>NELSON SARGENTO SHOW</p> <p>SAMBAS & HISTÓRIAS</p> 	<p>ADRIANA CALCANHOTTO SHOW</p> <p>GRAVAÇÃO DO DVD "MARGEM"</p> 	<p>LENY ANDRADE E GILSON PERANZZETTA SHOW</p> <p>NOSSAS CANÇÕES FAVORITAS</p> 
<p>FUNDAÇÃO CIDADE DAS ARTES cultura+ Rio Prefeitura cidadedasartes.rio Venda de ingressos: 21 4003-1212 ingressorapido.com.br Av. das Américas, 5.300 - Barra da Tijuca</p>		